
OAB anuncia faxina contra advogados envolvidos no crime

A OAB nacional anunciou que pretende fazer uma faxina rigorosa contra advogados que praticam atos criminosos. O anúncio foi feito pelo presidente da Ordem, Roberto Busato. No próximo dia 6, o Conselho Federal deve se reunir em Brasília para discutir as punições aos profissionais que se envolvem com facções criminosas como o PCC.

“Eles são uma minoria barulhenta que está dando uma conotação muito ruim à grande maioria da advocacia brasileira, que é uma maioria silenciosa, ética, que vem cumprindo com sua função perante a sociedade”, considerou Busato.

“A posição da Ordem é muito clara: hoje, não estamos mais lidando com o advogado antiético, com o advogado que cometeu deslizes junto à criminalidade, mas com o verdadeiro criminoso travestido de advogado”, sustentou o presidente nacional da OAB.

Há vários advogados na mira da Polícia em razão da suspeita de participarem de organizações criminosas. No mês de junho e julho foram presos Eduardo Diamante, Valéria Dammous e Libânia Catarina Fernandes Costa. O advogado Nelson Roberto Vinha também foi detido sob acusação de entrar com seis celulares e carregadores de bateria no Centro de Detenção Provisória de Mauá, em São Paulo. Ele foi autuado em flagrante.

Ainda foi presa Maria Cristina Rachado, responsável pela defesa de Marcos Camacho, o Marcola, apontado como líder do PCC por policiais do Deic, o Departamento de Investigações Criminais da Polícia Civil de São Paulo. A advogada foi detida em uma operação para cumprir vários mandados de prisão contra pessoas supostamente ligadas ao crime organizado.

O advogado Mário Sérgio Mungioli já foi condenado a sete anos e seis meses, em regime inicial fechado, pelo crime de formação de quadrilha ou bando. O advogado está preso desde setembro de 2003. Ele foi detido depois de visitar Marcola no Centro de Readaptação Penitenciária de Presidente Bernardes. Com o advogado, foram encontrados bilhetes que revelariam um esquema de comunicação entre presos. Mungioli, por ter acesso aos presídios, teria a função de visitar as lideranças criminosas e transmitir os recados.

Condenado pela juíza Márcia Helena Bosch, da 5ª Vara Criminal da Capital, o advogado foi proibido de recorrer da decisão em liberdade. Mungioli já entrou com recurso na 6ª Câmara Criminal do TJ paulista, representado pela advogada Mônica Wadt Miranda.

Já o advogado Sergio Weslei da Cunha, que defende um suposto integrante do PCC, é acusado de pagar R\$ 200 a um funcionário terceirizado da Câmara dos Deputados, junto com Maria Cristina Rachado, para obter gravação de sessão sigilosa da CPI do Tráfico de Armas.

Date Created

27/07/2006